

A EXPANSÃO DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO E A FORMAÇÃO DA FRANJA PERIURBANA E PERIMETROPOLITANA

Antonio Carlos Lessa da Rocha¹

Miguel Ângelo Campos Ribeiro²

380

Resumo

Com o processo de reestruturação produtiva e adoção das políticas neoliberais no final do século XX e início do século XXI, as grandes metrópoles brasileiras passaram por um forte processo de expansão do seu espaço metropolitano, com a cidade do Rio de Janeiro não foi diferente, novas relações espaciais entre o urbano e rural foram identificadas. O presente artigo tem como objetivo central analisar a formação da franja periurbana e perimetropolitana fluminense. Importantes alterações na relação entre o campo e a cidade puderam ser observados, como o fenômeno de segunda residência em áreas rurais. Para responder a questão central foi necessário um levantamento bibliográfico de autores que discutem o espaço urbano no atual contexto de globalização e a necessidade do debate sobre interface urbano-rural.

Palavras-chave: metropolização, globalização, franja periurbana, franja perimetropolitana e Rio de Janeiro.

THE EXPANSION OF THE METROPOLIS OF RIO DE JANEIRO AND THE FORMATION OF THE PERIURBAN AND PERIMETROPOLITAN FRINGE

Abstract

With the process of productive restructuring and the adoption of neoliberal policies in the late twentieth and early twenty-first centuries, the great Brazilian metropolises underwent a strong process of expansion of their metropolitan space, with the city of Rio de Janeiro no different, spatial relations between urban and rural areas were identified. This article aims to analyze the formation of the periurban and perimetropolitan fluminense fringes. Important changes in the relationship between the countryside and the city can be observed, such as the phenomenon of second residence in rural

¹ Doutorando em Geografia pelo PPGEU-UERJ.  <https://0000-0001-7447-8435>. E-mail: antoniocarlos130690@gmail.com

² Professor Associado do IGEOG/PPGEU-UERJ.  <https://0000-0002-7118-1510>. Email: mamikisi@gmail.com

areas. To answer the central question, a bibliographic survey of authors who discussed the urban space in the current context of globalization and the need for debate on the urban-rural interface was necessary.

Keywords: metropolization, globalization, periurban fringe, perimetropolitan fringe and Rio de Janeiro

LA EXPANSIÓN DE LA METROPOLIS DE RÍO DE JANEIRO Y LA FORMACIÓN DE LA FRANJA PERIURBANA Y PERIMETROPOLITANA

Resumen

Con el proceso de reestructuración productiva y la adopción de políticas neoliberales a fines del siglo XX y principios del siglo XXI, las grandes metrópolis brasileñas atravesaron un fuerte proceso de expansión de su espacio metropolitano, con la ciudad de Río de Janeiro no fue diferente, nuevo Se han identificado relaciones espaciales entre lo urbano y lo rural. El objetivo principal de este artículo es analizar la formación de la franja periurbana y perimetritana de Río de Janeiro. Se pudieron observar cambios importantes en la relación entre el campo y la ciudad, como el fenómeno de la segunda residencia en las zonas rurales. Para responder a la pregunta central, fue necesaria una encuesta bibliográfica de los autores que discuten el espacio urbano en el contexto actual de la globalización y la necesidad de debatir sobre la interfaz urbano-rural

Palabras clave: palabra clave 1; palabra clave 2; palabra clave 3; palabra clave 4; palabra clave 5.

Introdução

O fio condutor deste artigo preocupa-se em analisar o fenômeno da metropolização do espaço urbano fluminense através dos seus quatro eixos de expansão no atual contexto de globalização, do final do século XX e início do século XXI, onde parte desse processo é influenciado pela reestruturação produtiva. Após essa análise, foi possível estabelecer uma discussão teórica sobre a formação da franja periurbana e perimetropolitana fluminense como uma das consequências da expansão da urbanização. Para a realização deste trabalho foi necessário um levantamento bibliográfico de autores que abordam o referido processo. Na busca por uma

consolidação empírica, foi escolhido o município de Rio Bonito exemplificar o fenômeno da expansão urbana fluminense.

Ao analisar a organização industrial brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI, é importante fazermos uma abordagem sobre a reestruturação produtiva que ocorreu no país a partir, principalmente, dos anos 1990. Anos esses que marcam a entrada do país na globalização contemporânea, os governos democráticos que se sucederam Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, realizaram medidas para que o Brasil se adequasse a nova realidade mundial do neoliberalismo.

Essa dinâmica neoliberal que se iniciava, poderia se dividir em três pontos fundamentais na conjuntura mundial, seriam elas, a globalização, a crise do fordismo e a financeirização da riqueza. Em que a globalização promoveu uma internacionalização da economia como nunca vista anteriormente, isso ocorreu principalmente pela grande velocidade dos fluxos de informação no mundo, facilitando as trocas comerciais entre países (ARAÚJO, 1999).

A crise do fordismo marcado pelas crises do petróleo nos anos de 1970, trouxe para a indústria uma nova forma de produção que alguns autores denominam de acumulação flexível, produção *just in time* substituindo a produção em massa e o estoque. Por financeirização entende-se como o aumento da capacidade de negócios e força das instituições financeiras, através dos bancos, e das bolsas de valores (ARAÚJO, 1999).

Como foi dito anteriormente a entrada do Brasil no neoliberalismo marca uma cisão na organização administrativa e política do país, o fim do estado interventor e planejador da economia. Essa mudança vai refletir na redução das políticas protecionistas para as indústrias brasileiras, desenvolvendo uma competição entre o capital industrial nacional e internacional. Devido a essa competição muitas indústrias fecharam ou passaram pelo processo de fusão, pela necessidade do aumento da competitividade internacional e modernização da produção, de acordo com Araújo (1999).

Outra questão importante na reestruturação produtiva é a força do local nas negociações com o global, dentro da lógica da globalização, os municípios ganharam uma importância muito grande. De acordo com Santos (1996) e Cano (1997), passamos a ter uma competição entre os municípios que utilizam do seu território como “moedas de troca”, em que os respectivos autores chamaram de “guerra dos lugares” e “guerras fiscais”.

Neste contexto, analisando a industrialização brasileira na atualidade, podemos dizer que houve um rompimento com os limites metropolitanos. Com o advento da globalização contemporânea, a urbanização ganhou maiores proporções tanto em quantidade como qualidade, e no caso fluminense os novos padrões tecnológicos alteraram a dinâmica de fluxos neste território.

No início do século XX, o desenvolvimento da urbanização e o processo de industrialização no Brasil estavam vinculados às metrópoles, concentrando riqueza e pessoas (SANTOS, 1993). Com o início da reestruturação produtiva, essa força concentradora dos grandes centros se enfraqueceu e os fortes incentivos fiscais concedidos às empresas fez com que estas se dispersassem pelo território, expandindo a urbanização. A metrópole se requalifica, passando a apresentar funções de serviços de diferentes naturezas.

Podemos identificar na metrópole do Rio de Janeiro processo semelhante, após grande desenvolvimento industrial no século XX, gerando uma forte concentração na capital. É possível observar nos dias atuais, motivado pela reestruturação produtiva, a ocorrência de uma expansão da urbanização além dos limites metropolitanos.

Esse processo chamado por alguns autores de metropolização do espaço (LENCIONI, 2015) analisa esse fenômeno e apresentando novas características em tela. As metrópoles passam a ter grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, forte crescimento no setor terciário da economia, grande concentração na gestão e administração das grandes empresas, sede dos bancos (capital financeiro), centros de pesquisa, uma substituição gradual da dominação do capital industrial para

o capital especulativo imobiliário, tornando o perfil da metrópole voltada para o consumo (FERREIRA *et al*, 2015).

Segundo Lencioni (2015) a metrópole passa a ser centralizadora de capital, pois devido à reestruturação produtiva e a dispersão dos parques industriais, as sedes das empresas permanecem, dando um papel central na gestão e administração de capitais. A referida autora usa o exemplo da BOVESPA que permanece na cidade de São Paulo, centralizando capitais nacionais e internacionais.

A metropolização do espaço marca as relações capitalistas para além da metrópole, incorporando as cidades médias, as pequenas e o espaço rural. Essa dinâmica da expansão da metrópole é um importante transformador no mercado do solo urbano, promovendo uma intensa valorização através da especulação imobiliária (FERREIRA *et al*, 2015).

Posto isto, objetivo deste artigo é analisar a formação da franja periurbana e perimetropolitana fluminense. Para atingir o questionamento central e responder ao objetivo, a pesquisa utilizou como base os dados o Censo Demográfico do IBGE de 2010 e autores que discutem o fenômeno de metropolização do espaço, como Lencioni (2015), Rua (2011), Marafon (2012), Lefebvre (2008), Ribeiro e Cavalcanti (2012), entre outros.

Com isso, o artigo se estrutura em outras três partes, sendo a primeira algumas considerações sobre a expansão metropolitana do Rio de Janeiro, a segunda parte de uma análise sobre a relação urbano-rural, e por último será abordado como consequência do referido fenômeno a formação da franja periurbana e perimetropolitana fluminense.

Metropolização do espaço fluminense

O Estado do Rio de Janeiro é uma das menores unidades da Federação, com uma extensão de aproximadamente 43.900 km² e, conseqüentemente, possui uma das

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

maiores densidades demográficas do país, da ordem aproximada de 327,26 hab./km². Esses dados geram um forte impacto na organização socioespacial do estado como apontam Ribeiro e Cavalcanti (2012).

Uma das consequências da forte pressão da metropolização no espaço fluminense é o predomínio do urbano sobre o rural; “Tal fato pode ser evidenciado pela mais elevada taxa de população urbana do país, da ordem de 96% de seus residentes vivendo em cidades e vilas e, deste, 81% residindo em cidades” (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2012, p. 145), segundo critérios oficiais adotados pelo IBGE.

Uma das formas de espacializar a expansão da metrópole fluminense é seguindo o padrão de eixos marcados por rodovias federais e estaduais. Utilizando a tipologia, segundo Ribeiro e Cavalcanti (2012), existem quatro eixos principais de expansão da metrópole e integrados ao espaço de metropolização.

O primeiro deles possui duas rodovias importantes no estado do Rio de Janeiro, a BR-101 (norte) e RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto), partindo da cidade do Rio de Janeiro em direção ao Norte Fluminense, até atingir o município de Campos dos Goytacazes, importante região na exploração de petróleo no Brasil e na qual sua urbanização está voltada para esse setor da economia, tendo a Petrobras como sua principal representante. Neste eixo encontram-se também os municípios pertencentes à Região de Governo das Baixadas Litorâneas, onde as atividades estão voltadas quase que exclusivamente para o turismo e segunda residência caracterizando-se por uma forte urbanização turística como aponta Mascarenhas (2004).

O segundo eixo segue a direção da BR-101 (sul) a partir da cidade do Rio de Janeiro em direção a Região da Costa Verde, região do estado com forte urbanização turística, “capitaneado pela localização de resorts, marinas, condomínios fechados, entre outros” (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2012, p. 152). Fenômeno também analisado por Borges (2018), que apontou um intenso processo de elitização do espaço.

O terceiro eixo tem na BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) a sua representatividade, importante trecho rodoviário que liga as duas principais metrópoles

brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo. Passando por Nova Iguaçu e Duque de Caxias, municípios com grande concentração populacional no estado e alcançando o Médio Vale do Paraíba chegando até o município de Itatiaia. Essa região possui forte peso econômico para o estado, com grandes indústrias nacionais e internacionais, e também com a presença de atividades turísticas através do seu apelo histórico.

O quarto e último eixo segue pela BR-040, também conhecida como Rodovia Washington Luís, partindo do Rio de Janeiro indo em direção à Região Serrana, onde encontramos o município de Petrópolis. Esse eixo se expande além dos limites do estado, passando por Juiz de Fora e chegando a Belo Horizonte, intenso em importância industrial e turística.

Vale o destaque para a presença de Petrópolis neste eixo, no município encontra-se um dos principais parques tecnológicos do país. Com a liderança do CNPQ³, o tecnopólo reúne pesquisas de várias universidades e instituições públicas do Brasil (COSTA JÚNIOR, 2012).

A partir destes eixos podemos apontar, como afirmou Lencioni (2008), que a expansão metropolitana fluminense apresenta uma característica reticular, seguindo eixos de transporte rodoviário, diferente da metrópole paulista, na qual o crescimento e expansão é areolar.

Ainda comparando as duas metrópoles, diferentemente do município de São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro possui um papel concentrador e hegemônico dentro do Estado. Segundo Alentejano (2005) durante o século XX ocorreu um enorme crescimento da urbe carioca e de seu entorno frente a um esvaziamento do interior, gerando forte dependência da capital. O interior apesar de apresentar valores absolutos pouco expressivos em relação aos totais da capital e de municípios integrantes da Região Metropolitana, vem apresentando valores relativos expressivos, influenciados pela dinâmica econômica analisada neste artigo, como apontaram Ribeiro e O'neill (2012).

³ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Esse poder concentrador da metrópole fluminense pode ser percebido nos números de habitantes residentes, sendo aproximadamente 75% de habitantes que residem na Região Metropolitana, desse valor, 42,4% estão habitando a cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Ribeiro e Cavalcanti (2012).

Sobre a expansão metropolitana do Rio de Janeiro, Alentejano (2005) nos aponta:

Dentre os principais agentes organizadores do espaço fluminense ao longo deste século, destacam-se o capital industrial e o capital imobiliário. O primeiro foi o principal responsável pelo impulso inicial do processo de metropolização. Já o segundo foi o principal agente da crescente subordinação do capital agrário no interior do estado, assim como da expulsão maciça do campesinato do campo, exceção feita às regiões Norte e Noroeste, onde o agente central da expulsão dos trabalhadores do campo foi o próprio capital agrário, em suas metamorfoses (p.49-50).

O mesmo autor desenvolve essa temática da metropolização do espaço fluminense, analisando o processo de transformação do espaço agrário do Rio de Janeiro e a partir de uma periodização da expansão da urbanização que se iniciou nas primeiras décadas do século XX, parcelando os espaços agrários, com novas formas urbanas, a partir de loteamentos.

Segundo Alentejano (2005), até a chegada do século XX “a organização do espaço fluminense era hegemônica pelo capital agrário e pelo capital mercantil” (p. 51). O capital agrário muito concentrado na produção cafeeira, principalmente na Região do Vale do Paraíba, e a produção canavieira na Região Norte do estado, tendo o município de Campos dos Goytacazes como principal produtor e o capital mercantil estava ligado à presença do porto na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com Alentejano (2005), o primeiro impulso ao processo de metropolização do espaço fluminense ocorre entre 1940-1964, com o início do processo de industrialização que se inicia no Brasil. Teremos o eixo da Via Dutra (BR-116), ligando

Rio de Janeiro e São Paulo, como expansão da metrópole, e em 1940 cria-se o município de Volta Redonda para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

A partir da criação da siderúrgica estatal se inicia um processo de industrialização ligado ao setor da indústria de base, como metalúrgicas, siderúrgicas e químico-farmacêutico nos municípios de Resende e Barra Mansa. Neste período de 1940-1964 começa a ocorrer à troca do capital hegemônico na região, antes agrário e aos poucos se tornando uma burguesia industrial ligada à metrópole.

Alguns municípios que tinham grande relevância na época áurea do café, como Vassouras e Valença, passam a perder importância econômica com o desenvolvimento da indústria na região, principalmente por estarem afastados do eixo da Via Dutra. Esses municípios ficaram por muitos anos em decadência, mas encontraram como alternativa a refuncionalização das fazendas de café, tornando-as hotéis-fazenda e aproveitando como atração turística o histórico da região.

De acordo com Alentejano (2005) o auge do projeto de metropolização do Rio de Janeiro acontece entre os anos de 1964-1980, período marcado pela ditadura militar no Brasil, a “marcha forçada” levava o país a um desenvolvimento a qualquer custo, eliminando, segundo o autor, todas as forças contrárias possíveis que pudessem atrapalhar o projeto de nação dos militares. Este avanço estaria marcado também pela alta especulação imobiliária, em muitos espaços ligados ao turismo.

De acordo com Alentejano (2005) o início dos anos de 1980 marca uma desaceleração da expansão metropolitana no território fluminense, esse fato estaria ligado à desconcentração espacial da indústria no Rio de Janeiro, muito influenciado pelo que o autor chama de pós-fordismo.

Devido a essa nova realidade urbana no território fluminense, os municípios que tinham uma urbanização ainda pouco desenvolvida, como o município de Rio Bonito, passou a experimentar um novo modelo estrutural, avançando sobre algumas áreas rurais com infraestruturas urbanas, ou ainda com a desestruturação das atividades

rurais, pois muitos agricultores passaram a ser trabalhadores urbanos, absorvidos pelo setor de serviços ou pela própria indústria.

A contemporânea configuração espacial e econômica do Estado promove fortes mudanças nas realidades locais, não só mais presentes na Região Metropolitana. Estamos presenciando uma forte “onda” de urbanização no interior do estado, atingindo novos municípios e com isso, o crescimento do Rio de Janeiro está promovendo alterações na interface urbano-rural.

De acordo com Baeninger (2011), o processo de urbanização brasileiro estava no contexto da lógica concentradora, as grandes metrópoles eram as que possuíam a maior parte da população urbana. Até os anos de 1970 do total das pessoas que viviam nas cidades, 33% habitavam os grandes centros.

Por isso Baeninger (2011) menciona que “o processo de urbanização esteve baseado na vertente da concentração: concentração da dinâmica econômica, concentração da população nas grandes cidades e concentração de migrações” (p. 46). O eixo Rio-São Paulo foi o maior responsável por este fato mencionado dentro do território nacional.

O ponto de mudança desse processo histórico se inicia nos anos de 1980 e se intensifica nos Governos Collor e Fernando Henrique, onde aos poucos, o Brasil se adequa as políticas neoliberais. Essa ruptura determina uma profunda reorganização espacial das metrópoles brasileiras através da reestruturação produtiva, como analisamos a expansão metropolitana fluminense.

Segundo Baeninger (2011), o processo de desconcentração industrial, primeiramente ocorrendo na Região Metropolitana de São Paulo, se tornou um importante fator de análise para entender uma nova configuração espacial na distribuição da população, ocorrendo um menor crescimento das regiões metropolitanas frente às demais regiões nas unidades da federação.

A desaceleração demográfica das regiões metropolitanas é perceptível desde a década de 1970 até os anos 2000, mas isso não significa perda de importância do papel das metrópoles na rede urbana brasileira. A participação da população metropolitana no total do contingente populacional brasileiro caiu de 48% para 41%, entre as décadas de 1970 e 2000 respectivamente (BAENINGER, 2011).

Portanto, podemos dizer que o processo de urbanização brasileiro em seu início teve como grande característica, um forte crescimento e concentração da população, principalmente nas regiões metropolitanas do Centro-sul. Com os atuais indicadores podemos observar uma desaceleração desse processo, novos aglomerados urbanos estão se formando em regiões não metropolitanas, muito consideradas e exercendo papel de cidades médias, não somente no que se refere ao tamanho populacional, mas na centralidade na oferta de bens e serviços, ampliando seu alcance de atuação nas interações espaciais.

Segundo Baeninger (2011), a urbanização brasileira possui as seguintes tendências: queda do ritmo de crescimento das regiões metropolitanas; novas formas de distribuição da população no interior da metrópole, crescimento do adensamento populacional nas cidades médias e pequenas e, além disso, conseqüente fortalecimento da sua rede urbana; relativa desconcentração populacional nas metrópoles.

De acordo com Lencioni (2008), mesmo com a desconcentração industrial e populacional como analisamos, motivado pela reestruturação produtiva, as metrópoles de Rio de Janeiro e São Paulo não perderam a sua centralidade na economia, principalmente a segunda. Mesmo com a saída de parques industriais, as sedes das grandes empresas, bancos, serviços especializados, continuam se estabelecendo nestas metrópoles.

Além desses serviços especializados, a metrópole continua sendo o principal centro de produção de tecnologia. As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, possuem as principais universidades e os principais centros de pesquisa do Brasil. Elas apresentam

papel de comando e controle, principalmente São Paulo, sobre a rede urbana brasileira (REGIC,2007).

A partir desse contexto Lencioni (2015) desenvolve uma construção de megarregião Rio de Janeiro- São Paulo, em que as duas principais cidades do Brasil passam por forte processo de dispersão industrial e urbana, para além de suas regiões metropolitanas, se articulando com cidades médias e pequenas.

A megarregião Rio de Janeiro-São Paulo seria constituída pela cidade-região de São Paulo com um total de 167 municípios, sendo a metrópole paulistana o seu núcleo. Também formada pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro e seu entorno, somando ao todo 45 municípios, tendo a metrópole fluminense como o núcleo (LENCIONI, 2015).

Através desse novo contexto metropolitano, uma nova relação campo-cidade vai emergir. Fato que irá ser apresentado no tópico a seguir.

Algumas considerações sobre a relação urbano-rural: apontamentos sobre o espaço rural fluminense

Rua (2011) contribui para o entendimento do espaço geográfico apresentando-o como multidimensional, sendo urbano, rural, físico simbólico etc., estando em um constante movimento nas suas diversas escalas, as pessoas transitando entre o local, regional, nacional e global.

Portanto, o urbano e o rural seriam dimensões integradas na totalidade do espaço, e cada vez que avança a lógica capitalista essas dimensões se conectam uma à outra, criando uma interdependência. Com o capitalismo globalizado que vivemos na contemporaneidade, onde fluxos são cada vez mais intensos, pensar o urbano e o rural separadamente não seria condizente com a capacidade de compreender esses espaços em sua totalidade.

Um ponto importante observado por Furtado (2011) sobre a relação urbano-rural é a desconsideração dessa interação pelos planejadores, tanto do espaço urbano como do rural. Segundo a autora, dessa divisão que influenciou os diversos projetos e planos urbanos e regionais pelo mundo, não se pode pensar a cidade sem compreender os processos e estruturas rurais, assim como não podemos pensar o rural ignorando os processos urbanos.

Portanto não é possível pensar os problemas das metrópoles de forma isolada, “são resultantes de uma intrincada combinação ou interação de aspectos rurais e urbanos dos problemas, que ocorrem nas áreas periurbanas de forma mais aguda do que em qualquer outro local” (FURTADO, 2011, p. 149). É evidente em um sistema capitalista onde os fluxos e as redes são complexas e fluidas, cada vez mais importante se faz pensar nas relações urbano-rurais.

Outra contribuição importante para o entendimento da interface urbano-rural é do filósofo Henri Lefebvre. De acordo com Lefebvre (2008) a urbanização é um fenômeno em constante expansão e, deste modo à sociedade humana irá se tornar uma sociedade urbana por excelência. Com isso iremos encontrar uma submissão do rural em relação ao urbano, pois será nele que estará a centralidade da sociedade.

O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa perspectiva, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 2008, p. 15).

Uma característica do tecido urbano é sua estrutura em rede “o tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de *ecossistema*” (p. 19) e em meio da ‘riqueza’ do urbano se encontram ilhotas de ruralidade, ocorrendo assim uma relação de forte interação entre o urbano e o rural, e quanto maior for a industrialização do país, mais

intensa é essa relação, pois ao se deparar com a agroindústria que controla grande parte das áreas cultiváveis, sua produção é conduzida por corporações que estão na cidade (LEFEBVRE, 2011).

Com essa expansão da urbanização, criando novas áreas periféricas na Região Metropolitana, promovendo uma nova dinâmica do uso e valor da terra, novos agentes irão surgir na dinâmica espacial do município, fenômeno que é possível perceber em Rio Bonito. Observando essa mudança Machado e Bicalho (2012) fazem uma análise de como a expansão da metrópole modifica o uso da terra e reorganiza o arranjo espacial da área rural.

Segundo Marafon (2012), o atual comportamento da metrópole promove o crescimento das atividades não-agrícolas e uma nova relação campo-cidade, modificando o modo de vida e trabalho das populações rurais, chegando inclusive a modificar a forma de atuação dos movimentos sociais no campo. Essas mudanças estão relacionadas ao grande avanço da tecnologia, expandido às redes urbanas sobre as áreas rurais, a partir da comunicação e transporte.

Portanto, novos agentes espaciais passam a produzir o espaço, com a expansão da urbanização, os promotores imobiliários ganham força econômica sobre o espaço rural. O processo de especulação imobiliária também acaba influenciando a mudança do arranjo espacial de uma determinada localidade, bairros mais afastados da área central recebendo loteamentos de casas em antigas áreas rurais.

Ampliando o debate teórico das transformações ocorridas no território fluminense, é preciso abordar brevemente o fenômeno de modernização da agricultura. Segundo Fusco (2008), “é um reflexo da lógica capitalista de ampliar a produtividade” (p. 25), a produção agrícola incorpora uma lógica industrial, onde o tempo é primordial para a maximização do lucro.

De acordo com Fusco (2008), através da modernização da agricultura, os grandes produtores rurais tinham como objetivo aumentar a sua produtividade, diminuir os custos da produção e amenizar qualquer influência proporcionada pela natureza. Para

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

isso foi realizado um grande investimento em tecnologia biogenética, equipamentos e capacitação profissional para se adequar à nova estrutura agrícola.

O processo de modernização da agricultura que ocorreu no Brasil pode ser entendido como uma modernização conservadora, alterando a base técnica produtiva, mas mantendo a estrutura fundiária em que sua origem vem cultivando desde os tempos coloniais (GALVÃO, 1995).

Segundo Alentejano (2005), dentro da estrutura produtiva a relação campo e urbano está cada vez mais articulada com a agroindústria. O processo de metropolização, como foi discutido anteriormente, promove uma transformação na atividade agrícola, pois o capital agrário de base local é substituído pelo capital urbano nacional ou internacional.

Observam-se as referidas transformações no Norte Fluminense, região de histórica produção de cana-de-açúcar. Através de grandes incentivos fiscais por parte do governo federal; do Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (1973) e do Pró-Álcool (1975), as usinas passaram por forte modernização na sua capacidade produtiva, sofrendo grande pressão da agroindústria. Os pequenos engenhos antigos não conseguiram resistir à concorrência, o que fortaleceu a concentração de capital na região (ALENTEJANO, 2005).

Segundo Marafon (2012), esta expansão da metrópole do Rio de Janeiro e sua intensa urbanização “ajudaram a acirrar as particularidades e as singularidades no espaço rural fluminense e a acirrar os conflitos fundiários no estado” (p. 136). Podemos entender que a presença de urbanidades são um importante referencial no estudo sobre o espaço rural fluminense, devido às referidas transformações espaciais.

Segundo Ribeiro (2002), a projeção da metrópole carioca é um importante referencial no espaço fluminense, marcando as dimensões políticas, culturais e econômicas no território. O seu interior se destaca no abastecimento de produtos agropecuários, podemos mencionar a produção de hortifrutigranjeiros, leiteira e produtos de linhas orgânicas.

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

As atividades agrícolas mencionadas anteriormente irão compor o chamado Cinturão Verde da metrópole, tendo como municípios integrantes das regiões de Governo Serrana, Centro-Sul e Noroeste Fluminense (RIBEIRO, 2002).

Marafon (2012) promoveu uma breve leitura sobre o espaço rural fluminense, o autor afirma que as grandes propriedades rurais sempre ocuparam uma parcela considerável do território fluminense, representando aproximadamente 68% das áreas agrícolas do estado e sendo apenas 11% de estabelecimentos. Fator que gerou uma grave crise aos pequenos produtores, fato que pode ser entendido através da concentração de renda e falta de políticas agrícolas para anteder esses agricultores.

As regiões de Governo em que o espaço rural se destaca com a presença de grandes propriedades são o Médio Vale do Paraíba e o Norte Fluminense, comentada anteriormente. A região do Médio Vale do Paraíba constitui-se como uma área histórica produtora de café no estado do Rio de Janeiro, tendo como marcas o latifúndio, monocultura e o uso da mão de obra escrava em seu passado (MARAFON, 2012).

Com o fim da escravidão e a conseqüentemente a decadência da atividade cafeeira na região, o Médio Vale do Paraíba teve no turismo rural uma refuncionalização de alguns de seus fixos. Algumas fazendas foram se tornando hotéis, buscaram no apelo histórico da região a atração de turistas para vivenciar o Brasil dos séculos XVIII e XIX. As fazendas que continuaram com suas atividades agrícolas encontraram na pecuária sua principal produção (MARAFON, 2012).

Segundo Natal (2010), a ressignificação dos espaços rurais do Vale do Paraíba promove uma preocupação em relação aos pequenos produtores familiares que ainda continuam com a produção agrícola. O desenvolvimento do turismo rural na região passa a ser visto como uma atividade mais lucrativa e podendo promover uma alteração na estrutura fundiária, onde os agricultores familiares perdem espaço para os grandes hotéis-fazendas. Ainda segundo a autora, em Conservatória (distrito de Valença) os turistas que chegam à localidade buscam encontrar nas pequenas propriedades a essência da vida rural.

Além da atividade hortifrutigranjeira apontada por Ribeiro (2002), Marafon (2012) destaca a região Noroeste Fluminense como outra importante área produtora de leite. Ainda sobre a região, o autor menciona que o seu respectivo espaço rural sofreu poucas alterações influenciadas pela urbanização, justificado pelo seu distanciamento em relação à metrópole.

Segundo Ribeiro (2012), o município de Itaperuna vai exercer uma centralidade na região Noroeste Fluminense. Sendo seu espaço urbano a principal área de atração para os outros municípios da região, seja para a aquisição de insumos agrícolas ou como destino final e/ou intermediário de produtos agrícolas.

De acordo com Santos e Durães (2017), a partir da década de 1930 o município de Itaperuna passa por um forte declínio da sua produção cafeeira e gerando uma substituição do café pela pecuária e produção de leite. O leite passa a ser um produto central na economia local, sendo formada uma cooperativa para atender as necessidades dos produtores locais, chamada de CAPIL (Cooperativa Agropecuária de Itaperuna).

Esta nova estrutura agrícola de Itaperuna foi muito importante para impulsionar a atividade industrial na localidade, pois em conjunto com a cooperativa surgiram diversas fábricas de laticínios. Novamente o município se torna uma centralidade importante na região através da pecuária leiteira (SANTOS E DURÃES, 2017).

As regiões Serras e Costa Verde vão sofrer forte impacto da urbanização vindas da metrópole, em ambas as regiões também serão possíveis identificar o turismo rural como essa relação urbano-rural que estamos analisando (MARAFON, 2012). É importante mencionar que a Costa Verde foi uma área de atividade canavieira nos séculos XVII e XVIII e região Serrana se destacou na atividade cafeeira no século XIX (IBGE, 1959).

De acordo com Marafon (2012), a região Serrana possui uma intensa relação urbano-rural devido à presença no seu espaço rural a permanência de atividades agrícolas, mas destacamos as atividades não-agrícolas com a presença de hotéis-fazenda.

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

Os turistas são atraídos por amenidades e principalmente pelo seu clima de montanha, simulando o clima europeu.

Segundo Ribeiro Neto (2012), o turismo rural no município de Teresópolis, localizado na região serrana fluminense, passou a ser incentivado pelo poder público como uma alternativa aos agricultores que não conseguiam atender a demanda de consumo exigido pela metrópole fluminense. A pluriatividade passou a ser uma marca na região serrana, onde algumas propriedades rurais possuem atividades agrícolas e não-agrícolas em conjunto.

Após a breve análise sobre as contemporâneas relações entre o urbano e o rural e alguns apontamentos dessa referida interface no território fluminense, o tópico a seguir analisa a formação da franja periurbana e perimetropolitana no estado do Rio de Janeiro.

Desenvolvimento da área periurbana e perimetropolitana do Rio de Janeiro

Após analisarmos as características da expansão urbana do estado do Rio de Janeiro e a necessidade de repensar a relação rural-urbana, é de grande relevância apontar a formação da área periurbana e perimetropolitana, sendo dois fatores que nos ajudam a entender o fenômeno em tela.

Antes de desenvolvermos a discussão teórico-conceitual da formação da área periurbana nas grandes metrópoles, é importante mencionar que a legislação brasileira delimita e caracteriza a área periurbana, como sendo espaços que possuem características tanto rurais como urbanas, desde o decreto-lei nº 311/38, através dos quadros suburbanos, lei nº 6.765/79, e também com o código tributário nacional (MEDEIROS, 2017).

Mais recentemente a legislação brasileira também volta a se ater à importância da área periurbana no planejamento territorial, através do decreto Nº 7.374/10, na qual

o artigo 4º entende a necessidade de incluir em seu zoneamento as áreas que possuem interface com áreas urbanas (MEDEIROS, 2017).

Segundo Souza (2005) fazer uma análise do referido fenômeno não é algo tão simples como aparenta, pois nas bordas das grandes cidades onde encontramos essa área de transição do urbano para o rural, está à localização da área periurbana. Iremos observar uma grande heterogeneidade na formação espacial, justamente por esta interface urbano-rural.

Desde o início dos anos de 1910, o estudo dos fenômenos urbanos e a formação das metrópoles ganharam importância em diversas áreas do conhecimento. Pesquisadores de países como Estados Unidos, Canadá e Alemanha passaram a estudar as suas metrópoles para poder entender a formação das grandes concentrações urbanas no mundo capitalista (RANDOLPH, 2011a).

Segundo Vale (2005), os países centrais passam a sofrer o fenômeno de dispersão urbana, onde o processo de concentração nas metrópoles não é mais determinante para entender esse espaço. Dentro da academia passa a ser desenvolvida uma série de conceitos para tentar entender o fenômeno em tela.

O uso do termo espaço periurbano é o mais adotado no Brasil. Esse fenômeno tem sua difusão por volta dos anos de 1990, embora algumas metrópoles já estivessem vivenciando a dispersão urbana, como já ocorria na metrópole paulistana. No mundo esse fenômeno começa a ocorrer na Europa pós-Segunda Guerra Mundial e posteriormente nos Estados Unidos (VALE, 2005).

De acordo com Capel (2003), o movimento de concentração de pessoas, mercado de trabalho, serviços e lazer nas grandes metrópoles, ocorreu de forma intensa no início do século XX. Logo após se observou um processo de dispersão urbana na escala intra-metropolitana. Esse fenômeno pode gerar novas centralidades devido ao processo de deslocamento de pessoas, empregos e serviços para outras áreas das regiões metropolitanas e fora delas.

Os processos de dispersão urbana possuem diversas origens, entre eles podemos mencionar a valorização fundiária em áreas centrais das metrópoles e a maior capacidade de mobilidade urbana devido à melhoria em infraestruturas de transportes e além desses, a busca por melhores condições de vida, saindo dos grandes centros devido aos altos índices de violência e poluição (RANDOLPH, 2011a).

Segundo Jacobs (2011) as metrópoles estadunidenses no início do século XX se tornam espaços para um planejamento modernista com uma política de ‘passar o trator’, transformando as ruas em grandes avenidas para serem utilizadas pelos automóveis. Esses grandes planos urbanísticos, através da construção de avenidas e estradas, promoveram uma grande dispersão urbana, criando megacidades.

Esse modelo de planejamento que promove a expansão urbana como nos ensina Jacobs (2011), está dentro de uma ideologia mercadológica industrial onde os urbanistas estariam preocupados em projetar uma cidade para maior eficiência na produção de mercadorias.

Dentro deste fenômeno da expansão metropolitana, novas ‘fronteiras’ são definidas e é neste contexto, que analisamos a formação da área periurbana e perimetropolitana fluminense. Novas áreas de influência são absorvidas pela metrópole que está passando pelo seu processo de expansão, fenômeno que estamos analisando para o Rio de Janeiro.

De acordo com Torres (2004), as fronteiras urbanas podem apresentar importantes características para o entendimento dos processos de expansão urbana. Pode se tornar uma delimitação entre aqueles que são bem vindos ou excluídos das melhores condições de infraestrutura urbana ou entre áreas de grandes conflitos fundiários por ainda conterem uma interface urbano-rural muito significativa, ou também apresentar fortes conflitos ambientais.

Essas novas ‘fronteiras’ que estão sendo mencionadas, não devem ser pensadas como uma barragem que impeça o contato ou comunicação entre as regiões.

Concordamos com Randolph (2011b), quando aponta que a fronteira é uma zona de interface com o que está 'fora' em relação ao que está 'dentro' da região metropolitana.

Ainda dentro do debate sobre a ideia de 'fronteira', Randolph (2011b) relaciona o crescimento do tecido urbano brasileiro a diversos processos que devem ser levados em consideração: crescimento da rede urbana de cidades; aumento da conurbação nas regiões metropolitanas e o espraiamento das infraestruturas urbanas.

Segundo Randolph e Gomes (2007), podemos entender por área periurbana ou franja periurbana algo "que se refere a alguma franja urbana e pretende designar a interface entre o urbano e o rural, uma realidade que talvez não seja mais rural, mas que também não pode ser considerada plenamente urbana" (p. 63).

A partir desta análise podemos identificar o município de Rio Bonito, localizado na porção leste da franja periurbana do Rio de Janeiro, sendo um dos municípios onde está ocorrendo o processo de expansão e desenvolvimento da cidade. Sua área rural está aos poucos, perdendo suas características, mas não podemos considerar que exista o modo de vida plenamente urbano, em sua periferia no município em tela (ROCHA, 2018).

Ainda de acordo com essa perspectiva podemos entender a área perimetropolitana como uma transição de uma área não-metropolitana para metropolitana (RANDOLPH, 2011b).

Atualizando a análise feita por Randolph e Gomes (2007), o caso do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana é formada pelo município núcleo, Rio de Janeiro, além de, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Cachoeiras de Macacu, Maricá, Petrópolis e Rio Bonito, perfazendo um total de 21 unidades territoriais, de extrema desigualdade econômica e populacional.

A área perimetropolitana é formada por Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Mendes, Miguel Pereira, Saquarema, Teresópolis, Silva Jardim e Nova Friburgo. Trata-se de área contigua ao espaço metropolitano, estabelecendo relações e circulação de pessoas, mercadorias e informações entre eles e a região metropolitana.

Segundo Arroyo (2001), sobre o processo de formação da área periurbana, existem três tendências fundamentais que abordam o referido fenômeno. Uma dessas tendências foi trabalhada com muita propriedade na França e destina-se a uma análise sobre o desenvolvimento do espaço rural. A segunda tendência está focada na saturação das grandes áreas metropolitanas e a criação de uma imagem em que no meio rural houvesse a possibilidade de existir uma melhor qualidade de vida. A terceira e última tendência é desenvolvida por autores anglo-saxões, cuja análise está pautada nas transformações das funções territoriais dos espaços afetados por tais processos de periurbanização.

Sobre a formação da população na área periurbana, segundo Entrena Durán (2003), é caracterizada por uma heterogeneidade, onde as pessoas buscam terrenos com preços mais acessíveis ou na ideia de uma qualidade de vida melhor no espaço rural. “Deste modo, poder-se-ia afirmar que a heterogeneidade das formas de dispersão urbana também constitui um reflexo da diversidade da estrutura sócio-econômica e das formas de vida a ela associada” (p. 72).

De acordo com Entrena Durán (2003), o processo de formação da área periurbana está ligado à difusão do processo de urbanização, sendo gerada devido à disponibilidade de solo, ocorrendo uma preferência pela ocupação da terra para fins urbanos no lugar da agricultura. Outro ponto importante é o avanço dos meios de transporte e a melhoria nas infraestruturas viárias que permitem o deslocamento diário das pessoas entre a residência e o local de trabalho. E por último, a expansão das infraestruturas urbanas nas áreas rurais, favorecendo a ocupação de áreas periurbanas, podendo destacar a chegada da eletricidade e da internet.

Sobre a utilização do solo no espaço periurbano Corellano (1998) *apud* Vale (2005) desenvolve uma análise através de uma perspectiva ambiental, encontrando uma coparticipação e justaposição entre três espaços identificados: naturais, rurais e urbanos articulados entre si.

Nos espaços naturais encontramos áreas desabitadas ou com pouca densidade populacional, onde as atividades humanas pouco interferem na dinâmica espacial, gerando um valor mais ecológico que econômico. Nos espaços rurais é possível observar os usos agropecuários e florestais, a densidade populacional que é baixa, e o avanço da agricultura através das inovações tecnológicas, o qual promove transformações na paisagem rural, impactando o meio ambiente. Nos espaços urbanos encontramos as grandes transformações provocadas pela ação humana, que promovem uma degradação do meio ambiente (CORELLANO, 1998 *apud* VALE, 2005).

Outra contribuição importante para o entendimento da formação da área periurbana é desenvolvido por Furtado (2011), no qual a autora divide historicamente o desenvolvimento do estudo do fenômeno periurbano em duas fases. Na primeira fase, onde são produzidos os conceitos tradicionais pela escola francesa, discute-se estudos sobre o desenvolvimento urbano em cidades africanas, latino-americanas e asiáticas.

De acordo com Furtado (2011), os conceitos recentes estão atrelados à escola inglesa. Encontramos três definições importantes nesta escola sobre o desenvolvimento da área periurbana; a primeira, seus estudos apontam que a área periurbana estaria caracterizada pelas influências urbanas; acesso facilitado a mercados; serviços e outros recursos diversos. A segunda concepção, caracteriza zonas ou áreas nas bordas das grandes cidades, onde encontramos o desenvolvimento dos processos urbano e rural, se misturando e interagindo como consequência inevitável da expansão da urbanização. A terceira concepção trata a área periurbana “na relação entre áreas urbanas e áreas rurais imediatas, como um resultado de um processo ao longo do tempo” (p. 152).

Como conclusão destas perspectivas de análise, constrói-se a ideia de que as áreas periurbanas são locais pré-urbanos e que com o desenvolvimento do processo.

Essas localidades serão incorporadas à cidade. Cria-se uma ideia de que a cidade é o lugar central, mais desenvolvido e o campo é o lugar do atraso.

Esta visão da cidade como polo de desenvolvimento e de modernidade em contraposição ao campo como o arcaico e atrasado, vem sendo muito criticada. As análises das áreas periurbanas vêm sendo direcionadas como o espaço em que ocorre os processos urbanos e rurais de natureza social, econômica, cultural e ecológica onde sua interação configura a organização territorial (FURTADO, 2011).

De acordo com Furtado (2011), as áreas periurbanas tanto nos países periféricos como em países centrais apresentam algumas características semelhantes, entre elas estão: composição social heterogênea; grande crescimento demográfico; usos heterogêneos; grande dinâmica de transformações físicas; grande exploração de estruturas ambientais estratégicas; conflitos socioambientais; pressão sobre o solo; dinâmica de expansão espacial horizontal; falta de regulação.

Ainda desenvolvendo as contribuições teóricas de Furtado (2011) sobre as áreas periurbanas no Brasil, os pobres são os mais afetados devido aos problemas sociais apresentados nestas áreas. É o grupo social mais exposto às transformações ocasionadas pela expansão urbana, suas condições sociais são as mais transformadas pelo fenômeno em tela.

Notadamente, são áreas de pouca infraestrutura em que os melhores recursos se encontram mais distantes, nas grandes cidades, por se tratar de pessoas com pouco recurso financeiro acabam ficando à mercê de uma baixa qualidade de serviços públicos.

Segundo Furtado (2011), um importante elemento para compreendermos o desenvolvimento das áreas periurbanas, é através do uso e acesso ao solo, “são característicos os conflitos sobre propriedade da terra, invasões, condomínios clandestinos, especuladores informais” (p. 161).

Mesmo nas áreas periurbanas brasileiras que apresentam as maiores taxas de crescimento demográfico e expansão horizontal frente às metrópoles, os mecanismos

de regulação dos usos e ocupação são fracos ou inexistentes. Os poucos órgãos de gestão urbana não conseguem monitorar todo o território, por isso é incapaz de observar e analisar a configuração territorial das áreas periurbanas.

Tendo como base uma das conclusões elaboradas por Furtado (2011), os estudos sobre as áreas periurbanas são determinados pela relação do urbano e rural. Compreender essa interface urbano-rural é de grande importância para uma melhor elaboração de um planejamento territorial que possa levar o desenvolvimento social, cultural e econômico para os habitantes que ali vivem.

Como uma forma de contextualizar na franja periurbana do estado do Rio de Janeiro, será demonstrado brevemente estudos de atividades não agrícolas no espaço rural o município de Rio Bonito, observando a hibridez do espaço geográfico analisado por Rua (2011).

Segundo Censo Demográfico do IBGE de 2010, Rio Bonito contava com um total de 55.586 habitantes, o município, que pertencia à região de governo das Baixadas Litorâneas antes da sanção da Lei Complementar nº 158 de 26 de dezembro de 2013, possui grande interesse em pertencer à região metropolitana do Rio de Janeiro, pois assim o poder público municipal conseguiria mais facilmente negociar verbas federais e estaduais. Uma importante observação na questão política que envolve a inclusão de Rio Bonito à Região Metropolitana é a proximidade partidária entre os governos municipal e estadual naquele momento, pois a então Prefeita Solange Almeida era do PMDB, mesmo partido do Governador Luís Fernando Pezão.

Segundo o último censo do IBGE no ano de 2010 o setor de serviços correspondia a aproximadamente 86% do PIB (Produto Interno Bruto) de Rio Bonito, o restante se divide em indústrias e agricultura que eram respectivamente, 13% e 1%. Os dados percentuais mencionados registram a pouca expressividade do PIB no setor primário, com apenas 453 empregados, enquanto a atividade industrial perfazia 1.767. O setor de serviços com 86% do PIB do município agrega maior proporção de empregados, registrando a importância do setor terciário para o município.

De acordo com Rocha (2017), foi desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Rio Bonito um distrito industrial no bairro de Cachoeiras dos Bagres sendo considerado um setor rural na classificação do IBGE. Neste artigo o autor observa, além da adesão da reestruturação produtiva no município em tela, uma série de instalações de fixos urbanos em uma localidade rural e contrastando com pequenos sítios, reforçando essa nova relação urbano-rural.

Neste distrito industrial foi identificado indústrias de porte nacional e internacional de diferentes mercadorias, se destacando a Nutriara que produzia ração de animais e a PI (Produtos Internacionais), uma empresa que atua como suporte logístico na exploração de petróleo na Bacia Petrolífera de Campos no Norte Fluminense (ROCHA, 2017). Mas é possível fazer uma pequena atualização sobre o referido artigo, a empresa de ração foi fechada no ano de 2020 devido a atual conjuntura econômica do estado, demitindo aproximadamente 2000 funcionários em sua maioria moradores de Rio Bonito.

Ainda observando a dinâmica urbano-rural do município de Rio Bonito, Rocha (2018) aponta o fenômeno de segundo residência como uma inicial transformação do espaço rural do município com atividades consideradas não-agrícolas. Foram apontados alguns bairros como indicadores dessa dinâmica analisada, sendo eles: Lavras; Serra do Sambê; Sambê; Colina; Cachoeiras dos Bagres, Basílio; Braçanã.

Esses bairros foram importantes nos períodos de prosperidade agrícola de Rio Bonito, períodos esses marcados pelo plantio da cana-de-açúcar e café. Com o fim da escravidão e desestruturação das atividades monocultoras, outros cultivos passaram a se destacar nas localidades, como laranja e banana (ROCHA, 2018).

Sofrendo indiretamente com a modernização da agricultura e a consolidação da industrialização no Brasil a partir dos anos de 1960, o espaço rural rio-bonitense começa a sofrer fortes impactos na sua organização neste momento. Muitos agricultores passam a vender e deixar suas propriedades rurais, buscando as áreas urbanas (ROCHA, 2018).

Para consolidar a análise sobre o fenômeno de segunda residência em caráter embrionário na área rural de Rio Bonito, o quadro 1 aborda a relação das propriedades entrevistadas e sua respectiva localização nos bairros do município.

Quadro 1- Rio Bonito: Bairros e respectivas propriedades de segunda residência entrevistados (2017)

| Bairros | Propriedades | Atividade Principal | Residência do Proprietário |
|-----------------------|--------------|---------------------|-----------------------------|
| Colina da Primavera | 3 | Segunda Residência | Rio Bonito/ Rio de Janeiro |
| Sambê | 3 | Segunda Residência | São Gonçalo/ Rio de Janeiro |
| Basílio | 1 | Segunda Residência | Rio Bonito |
| Cachoeiras dos Bagres | 3 | Segunda Residência | Rio Bonito/ Rio de Janeiro |
| Braçanã | 1 | Segunda Residência | São Gonçalo |
| Serra do Sambê | 1 | Segunda Residência | Cabo Frio |
| Lavras | 1 | Segunda Residência | Rio Bonito |

Fonte: Extraído de Rocha, 2018.

Rocha (2019) apontou outra modalidade que promove alterações do espaço rural de Rio Bonito, turismo rural. Destaca-se a presença de hotéis-fazenda no município que vendem a ideia do encontro com a natureza e escapando dos problemas urbanos.

Foi apontado por Rocha (2019) dois principais hotéis-fazenda em Rio Bonito, Hotel-Fazenda Pedras Negras e Sítio Pousada Relicário. O primeiro fixo está localizado no bairro de Lavras tendo uma procura por turistas vindos d Rio de Janeiro, Niterói e São

Gonçalo, o Sítio Pousada Relicário, localizado no Bairro de Basílio, foi no passado uma antiga de fazenda de cana-de-açúcar e café nos séculos XVIII e XIX. Com o fim da escravidão e a decadência da atividade cafeeira no município, a fazenda perdeu sua dinâmica econômica.

Além do atrativo da natureza no espaço rural, a pousada apresenta um elemento histórico importante para a região. Na propriedade se encontra uma das mais antigas ruínas que marca a presença do colonizador português, com a construção de uma capela em 1825, venerando Nossa Senhora da Conceição (ROCHA, 2019).

Essas observações de campo são uma breve demonstração de que podemos pensar o espaço geográfico como híbrido, como mencionamos anteriormente. A relação campo-cidade é cada vez mais próxima, por isso a necessidade de pensar o espaço geográfico como um todo, evitando a dicotomia entre rural e urbano.

Arremates

No contexto contemporâneo da globalização, as metrópoles brasileiras de acordo com Milton Santos (2012) passaram por fenômenos de implosão e explosão, incluindo o Rio de Janeiro. A partir dos anos de 1990 do século XX e sofrendo uma intensificação no início do século XXI, a metrópole fluminense se expandiu para além de seus limites promovendo fortes alterações na dinâmica espacial dos municípios em suas proximidades.

O grau de intensidade das mudanças espaciais está em acordo com alguns fatores, como a proximidade com a metrópole; infraestrutura urbana; quantidade de habitantes nos municípios; benefícios fiscais para as empresas etc. Esses e outros fatores possibilitaram a expansão urbana da metrópole.

Podemos observar que devido à expansão metropolitana do Rio de Janeiro foi desenvolvida a região que consideramos como franja periurbana e perimetropolitana, onde a interface urbano-rural são muito próximas, em que os limites entre urbano e

rural não são bem definidos. É possível observar nestas áreas a forte inter-relação entre o campo e a cidade.

Neste contexto podemos exemplificar Rio Bonito, município localizado na porção leste da metrópole, na qual, nesta segunda década do século XXI podemos observar o processo de formação da franja periurbana no estado do Rio de Janeiro.

Com a perspectiva do aumento da urbanização na metrópole fluminense para os próximos anos, a configuração atual da franja periurbana e perimetropolitana do Rio de Janeiro tende a ser diferente, havendo uma incorporação do rural ao urbano e expandindo a franja perimetropolitana, conforme esquematizado por Entrena Durán (2003).

Neste contexto a Metrópole do Rio de Janeiro expande seus limites, ampliando sua área de atuação, na qual rural-urbano se entrelaçam, configurando novas formas, novas funções, estreitando as relações entre o campo e a cidade. O município de Rio Bonito serve de exemplo para marcar o referido processo no espaço metropolitano fluminense.

Referências Bibliográficas

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A evolução do espaço agrário fluminense. In: *Revista Geographia*, Niterói, ano 7, nº 13, pp.49-70, 2005.
- ARAUJO, Tânia Bacelar. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. In: *Estudos Urbanos e Regionais*, Pernambuco, nº 2, 1999.
- ARROYO, Mercedes. La contraurbanización: un Debate Metodológico y Conceptual sobre la Dinámica de las Áreas Metropolitana. In: *Scripta Nova*, nº 97. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001.
- BAENINGER, Rosana. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: *Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina*. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, 2011, pp 46-70.
- BORGES, Rodrigo dos Santos O mar, o paraíso e a lógica privatista de organização espacial como elementos formadores do turismo classe A no litoral sul fluminense. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

- BRASIL. IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume 22, Rio de Janeiro, 1959.
- CANO, Wilson. "Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95". Revista Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp, n.8, jun. 1997.
- CAPEL, Horácio. Redes, chobalas y rascacielos. Las transformaciones físicas y la planificación en las áreas metropolitanas. In: Revista Mediterraneo Economico, nº 3, pp.199-238, 2003.
- COSTA JÚNIOR, Aluísio de Araújo. Arranjos produtivos locais no estado do Rio de Janeiro: o exemplo da Petrópolis-Tecnópolis. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) Revisitando o território fluminense IV, Rio de Janeiro, 2012.
- ENTRENA DURÁN, Francisco. Cidades sem limites. In: MACHADO, A. S. (org.) Trabalho, economia e tecnologia: novas perspectivas para a sociedade global. São Paulo: Tendez; Bauru: Práxis, 2003.
- FERREIRA, Álvaro; RUA João; MATTOS, Regina Célia: Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais: processos e dinâmicas. In: Desafios da metropolização. FERREIRA, Álvaro; RUA João; MATTOS, Regina Célia (orgs.). Rio de Janeiro, Editora Consequência, 1ª edição, pp. 15 – 31, 2015.
- FURTADO, Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão. Áreas de interface periurbana: desafios conceituais e metodológicos. In: Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, pp 147-166, 2011.
- FUSCO, Fabrício Marini. Nem o céu, nem a terra: Reflexões sobre a relação rural/urbano no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) Revisitando o território fluminense II, Rio de Janeiro, pp. 17-40, 2008.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. As múltiplas facetas do espaço contemporâneo no Brasil. In: A Geografia e as transformações globais. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 101-116, 1995.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 3ª edição, São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. 3ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- _____. O Direito à Cidade. 5ª edição São Paulo: Editora Centauro, 2011.
- LENCIONI, Sandra. Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. Revista de Geografia Norte Grande. , v.39, p.7 - 20, 2008
- _____. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: Desafios da metropolização. FERREIRA, Álvaro; RUA João; MATTOS, Regina Célia (orgs.). Rio de Janeiro, Editora Consequência, 1ª edição, pp. 35-68, 2015.
- MACHADO, Felipe da Silva; BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. (Peri) Metropolização na interface Rural-Urbana: Agricultura e o Rural (peri) metropolitano.. In: Anais I

Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, Rio de Janeiro, 2012.

MARAFON, Glaucio José. Relações Campo-Cidade: Uma leitura a partir do território fluminense. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) Revisitando o território fluminense IV, Rio de Janeiro, 2012.

MASCARENHAS, Gilmar. Cenários contemporâneos da urbanização turística. In: Cadernos Virtuais de Turismo, vol. 4, nº 4, 2004.

MEDEIROS, Gabriel Bias Fortes Pereira da Silva. Classificação brasileira do território rural e urbano: discussões, alternativas metodológicas e técnica complementares à classificação atual. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

NATAL, Caroline Beserra. As fazendas de café do Vale do Paraíba: uma análise sobre a 'ressignificação' dos espaços rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) Revisitando o território fluminense III, Rio de Janeiro, 2010.

RANDOLPH, Rainer; GOMES, Pedro Henrique Oliveira. Mobilidade e expansão do Rio de Janeiro para áreas perimetropolitanas. In: Cadernos MetrÓpole, nº17, 2007, pp. 59-80.

RANDOLPH, Rainer. Expansão das metrópoles, deslocamento de suas fronteiras e reorganização regional em seu entorno: perguntas e caminhos In: Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, pp. 25-45, 2011a.

_____. A questão das fronteiras das metrópoles e a reorganização regional em seu entorno: reflexões a respeito de mudanças do paradigma da urbanização. In: Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2011b.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G.; RIBEIRO, M. (orgs.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, p. 13-26, 2002.

_____. Transformações sócio-econômicas e mudanças na rede de localidades centrais no Rio de Janeiro: o papel de Campos dos Goytacazes, Macaé e Itaperuna (1966-2007). In: Revista Espaço e Economia, Rio de Janeiro, 2012.

RIBEIRO, Miguel Ângelo e CAVALCANTI, Vera Maria d'Ávila. Tipologia dos municípios fluminenses: o urbano e o rural em questão. In: Globalização, políticas públicas, e reestruturação territorial. Rio de Janeiro. Editora 7 Letras, 2012, pp. 144-157.

RIBEIRO, Miguel Ângelo e O'NEILL, Maria Monica Vieira Caetano. Contraste entre a metrópole e o interior fluminense a partir da dinâmica populacional. In: GeoUERJ ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 262-301

RIBEIRO NETO, Augusto da Costa. Turismo em Áreas rurais no estado do Rio de Janeiro: o exemplo do ecoturismo no município de Teresópolis-RJ. In: MARAFON,

ROCHA & RIBEIRO, *A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a Formação da Franja Periurbana e Perimetropolitana*

Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) Revisitando o território fluminense IV, Rio de Janeiro, 2012.

ROCHA, Antonio Carlos Lessa da. A reestruturação produtiva industrial fluminense: um olhar para as ações do poder público sobre o território e as políticas fiscais na contemporaneidade no município de Rio Bonito-RJ. In, Espaço e Economia, p. 1-18 2017.

_____. O fenômeno de segunda residência e a expansão urbana no município de Rio Bonito (RMRJ) na segunda década do século XXI. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

_____. Transformações no espaço rural de Rio Bonito-RJ: expansão metropolitana fluminense e a indução de atividades não agrícolas na segunda década do século XXI. In: Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

RUA, João. Continuidade ou ruptura na expansão da metrópole para além dos seus limites formais: urbanidades no rural? In: Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, 2011, pp.186-201.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org's). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1996, 3ª ed., p.15-20

_____. Por uma economia política da cidade. 2ª edição/ 1ª reimpressão, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Rui Junio Fonseca dos; DURÃES, Rafaela Gonçalves da Silva. A formação urbana da cidade de Itaperuna (RJ) e suas implicações sobre o Rio Muriaé. In: Anais ENANPUR, São Paulo, 2017.

TORRES, Haroldo da Gama. Fronteira paulista. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos populacionais. Caxambu: ABEP, 2004.

VALE, Ana Rute do. Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano de Araraquara (SP). Tese (Doutorado) Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2005.

Data de Submissão: 28/01/2020

Data da Avaliação: 03/06/2020